

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

RELIGIÃO E POLÍTICA: MEDIAÇÕES, DIÁLOGOS E MEMÓRIAS ENTRE AS DÉCADAS 1970 e 1990 NO LITORAL SUL FLUMINENSE.

Maria do Carmo Gregório
Doutorado na Universidade Federal Fluminense – UFF
mcarmogregorio@id.uff.br

RESUMO: No Litoral Sul Fluminense, em 1980, foi instalada a Diocese de Itaguaí-RJ, composta pelos municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba e Paraty. A região sofreu uma transformação significativa, em especial, durante a década de 1970, associada a um processo de urbanização acelerado que desconsiderou as necessidades rurais de sobrevivência de seus antigos moradores. Dois elementos tiveram centralidade nessa experiência vivida: a luta pela terra, que marcou a região e a relação política estabelecida com todo o processo mediada pela fé. Assim, como parte dos estudos realizados pela pesquisa “A luta pela terra e a diocese de Itaguaí no Litoral Sul Fluminense, 2018, neste artigo, há uma abordagem sobre as mediações entre a religião e os movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica; Comissão Pastoral da Terra; Movimentos Sociais.

1. Introdução

Evidenciamos, no estudo derivado do curso de doutoramento, (GREGÓRIO, 2018), que a criação da Diocese de Itaguaí/RJ foi solicitada pela necessidade de mediações políticas regionais na luta pela terra. A solicitação de fundação dessa diocese foi uma resposta de membros da instituição eclesial à tentativa de retirada da população pobre e periférica de suas terras. A diocese de Itaguaí foi fundada em 22 de junho de 1980. Na época de sua fundação, ela foi composta pelos municípios de Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba e Itaguaí. Após a emancipação de Seropédica, passou a ser formada por cinco municípios. Essa diocese foi instituída através da solicitação de D. Waldir Calheiros, bispo da diocese de Volta Redonda/RJ e de D. Adriano Hipólito, bispo da diocese de Nova Iguaçu/RJ, que cederam parte dos territórios das dioceses que orientavam, para a delimitação de uma nova diocese. A diocese de Itaguaí foi formada por desmembramentos das dioceses de Nova Iguaçu (Itaguaí e Mangaratiba) e de Volta Redonda (Angra dos Reis e Paraty). O seu primeiro bispo foi Dom Vital Wilderink.

O Litoral Sul Fluminense aparece delimitado na documentação da Pastoral da Terra, durante o Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), através do Decreto nº

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

70.986, de 16 de agosto de 1972. As áreas integradas pelos municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty no Estado do Rio de Janeiro foram “declaradas prioritárias para fins da reforma Agrária”, ficando sobre a jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que fixou um prazo de cinco anos de intervenção governamental na área, o qual poderia ser prorrogado. Por esse decreto, as florestas e outras formas de vegetação existentes seriam regidas pelo Código Florestal em conformidade com O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF. O INCRA teria o prazo de 180 dias para apresentar um Plano Regional de Reforma Agrária e a situação nas áreas definidas pelo decreto seria aprovado pela Instrução Especial do Ministro da Agricultura. Os imóveis rurais, pertencentes à União, que estivessem situados nas áreas estabelecidas pelo decreto, sem destinação específica, seriam transferidos ao INCRA através do Serviço de Patrimônio da União. Esse decreto foi revogado, através da resolução nº 413 de 13 de fevereiro de 1973, e a mesma área foi considerada “zona prioritária de interesse turístico”, com base no decreto 71.791, de 31 de janeiro de 1973 (ARQUIVO DA PASTORAL DA TERRA DA DIOCESE DE ITAGUAÍ, 1987).

Após esses decretos governamentais, desenvolveu-se na região uma forte especulação imobiliária nos anos de 1970, apoiada em uma rede burocrática, cartorária e judicial que resultou na busca por parte de grandes empresas nacionais e multinacionais pela região, assim como de grileiros que, portadores de escrituras na maioria das vezes forjadas, buscavam expulsar a população rural para as áreas periféricas. Esse processo gerou conflitos pela posse da terra entre os antigos moradores e os que chegavam à região, atraídos pelo processo de modernização e urbanização, além dos interesses do capital fundiário e empreendimentos turísticos. Os conflitos de terra naquele território são anteriores, datados do início do século XX, porém, na década de 1970, teriam ocorrido com um maior grau de violência (ARQUIVO DA PASTORAL DA TERRA DA DIOCESE DE ITAGUAÍ, 1987).

O relatório organizado pela comissão da verdade do Rio de Janeiro aponta uma região composta por comunidades descendentes de escravizados das antigas fazendas de café, caiçaras e índios guaranis que registrou, segundo o levantamento realizado durante

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a pesquisa, 56 dos 133 conflitos registrados no Estado do Rio de Janeiro, durante os anos de 1970 e 1980. Segundo o relatório, a peculiaridade dos conflitos estudados, estava no fato de, apesar da violência empregada contra as populações camponesas, não foram encontradas denúncias ou tentativas de subversão da ordem nos registros dos documentos da polícia política; as denúncias existentes se concentrariam no clero local (MEDEIROS, 2015).

As áreas, que compõem os municípios de Angra dos Reis e Paraty, foram ocupadas por núcleos de povoamento desde o período colonial brasileiro, centros produtores de cana-de açúcar, no século XVIII e no período de exploração o ouro das Minas Gerais. No século XIX, a região se destacou através da produção do café. O porto de Angra dos Reis destacou-se, não só pelo transporte de café, mas também pela entrada clandestina de africanos para o tráfico ilegal de escravizados no Brasil. Por volta de 1870, ocorreu a desestruturação desse núcleo agrícola na região. Alguns acontecimentos contribuíram para o abandono da região: o declínio da produção de café; a extinção do tráfico de escravizados e a construção da Estrada de Ferro Pedro II (PACHECO, 2017).

Na década de 1930, finalmente, a ferrovia chegou à região e com ela a reconstrução do porto de Angra dos Reis. Na década de 1950, com a implantação de grandes indústrias, durante o Governo de Juscelino Kubitschek, ocorreu um intenso processo de modernização no país. Se a decadência e o abandono sofrido pelo Litoral Sul Fluminense podem ser associados à modernização que as ferrovias significariam um século antes, o novo processo de transformação está intimamente ligado à modernização autoritária (SILVA, 1990), do contexto político e econômico do regime civil militar, que teve como característica grandes projetos de investimento em infraestrutura, construção e pavimentação de estradas e rodovias (GRYNSZPAN, 2003) que favorecessem o processo de industrialização na região.

Em 1964 foi criado o Estatuto da Terra, que a partir de então passou a reger a Reforma Agrária no Brasil. O estatuto de terra foi implementado como parte da política de um projeto autoritário de governo que visava a desmobilização e excluía a participação direta dos trabalhadores rurais. Na retórica a ênfase não era a demanda de acesso à terra e sim a produtividade. Estavam ainda previsto no estatuto a aplicação progressiva do Imposto territorial e a desapropriação de terras improdutivas. As

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

incursões ocorridas contra os sindicatos de trabalhadores rurais e na Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, abriu espaço para o chamado sindicalismo cristão no controle das organizações rurais. Antes do golpe militar esse controle era disputado com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a dominada esquerda católica. Uma das características desse sindicalismo cristão era a realização de ações dentro da legalidade. Na década de 1970, com a expulsão dos trabalhadores rurais do campo a Igreja Católica assumiu um papel importante na luta pela terra através do incentivo e criação de Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra (GRYNSZPAN, 2003).

Na análise da documentação presente no arquivo memória da Comissão Pastoral da Terra-CPT, utilizamos as noções de agência, processo, sujeitos sociais e experiência (THOMPSON, 2001). A noção de *agência* permitiu situar a posição assumida pela Igreja Católica como mediadora (CONTROT, 1996) de conflitos, por solicitação de seus sujeitos sociais, através de suas pastorais sociais. A noção de agência, definindo um agir de maneira diferenciada, para pensar a atuação dos agentes de pastoral caracteriza a dimensão pedagógica no papel assumido pela instituição religiosa frente as necessidades regionais visando a necessidade de sobrevivência, a emancipação humana integral e a atuação autônoma dos sujeitos sociais individuais e coletivos; de *processo*, demarcando diferentes etapas, ações, reflexões feitas por seus sujeitos sociais. Os agentes de pastorais, principais sujeitos sociais, atuaram de forma individual e coletiva como mediadores no diálogo, na formulação teórica e na ação empírica, das soluções apresentadas através de reflexões internas da Igreja para a região; e de *experiência*, como trabalhadores rurais na luta pela terra. Identificamos a centralidade de dois elementos sistematizados: a luta pela terra que marcou a região e a relação política estabelecida com todo o processo mediado pela fé. Nesse artigo, o objetivo é destacar as formas de mediação, diálogos e memórias construídas visando adequar uma tradição religiosa da Igreja Católica às exigências territoriais e sociais da região.

Na década de 1970, o diálogo ocorreu com os sindicatos e as decisões judiciais ofereceram legalidade ao destino da população. O sindicato rural, foi a primeira instituição onde foi estabelecido o diálogo em busca da preservação do direito a permanência na terra. Os agentes de pastoral foram incentivados a participação no

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

intuito de garantir a legitimidade da representação de seus interesses sindicais. Muitos vieram a ocupar as direções sindicais. Na década de 1980 o amadurecimento da luta, os debates em torno da constituinte motivou muitos agentes de pastoral a participarem da formulação acerca da necessidade da representação política pleiteando cargos no legislativo. Buscou-se a organização de partidos políticos com projetos e afinidades na luta pela terra. Na década de 1990, ocorre a parceria com as organizações não governamentais em projetos para o desenvolvimento regional.

2. A luta pela terra e a mediação assumida pela Igreja Católica

A atuação da diocese, através das suas pastorais sociais, em especial, da CPT, é destacada como uma referência na organização dos trabalhadores rurais, o que garantiu a permanência de posseiros, pescadores, remanescentes quilombolas e indígenas em seus territórios na região. A fundação da Comissão Pastoral da Terra ocorreu, em 1975, criada na linha missionária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para atuar junto às questões agrárias. Outra referência em relação a sua formação como agente de pastoral foram os Círculos Bíblicos, criados pelo Frei Carlos Mesters, em 1976 e o método ver julgar e agir herdado da Ação Católica.

Os processos e os conflitos vividos pelos moradores do território da antiga Fazenda Santa Rita do Bracuí, localizada em Angra do Reis-RJ, estão registrados no relatório “Remanescente quilombola da Santa Rita do Bracuí”. O relatório (COUTO et. All, 2009) fundamenta-se na memória da ancestralidade africana e negra construída a partir de uma opressão histórica na experiência da escravidão, no tráfico atlântico ilegal de escravizados (PESSOA, 2013) e na expropriação que a documentação escrita apresenta de suas terras delegadas a seus ancestrais, a partir do testamento deixado pelo antigo proprietário José Joaquim de Souza Breves. Esse relatório foi escrito no contexto de uma identidade cultural consolidada e por meio de uma narrativa de reparação pelo processo de escravidão sofrido por seus antepassados.

Esse drama, que inaugura a narrativa sobre a trajetória do quilombo do Bracuí, se inicia ainda no século XIX e foi agravado pela especulação imobiliária decorrente do processo de industrialização e turistificação que atingiu, no mesmo período, os

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

municípios de Paraty-RJ e Angra dos Reis-RJ na segunda metade do século XX. A história do quilombo registrada no relatório foi inserida na valorização da memória, da tradição oral e do patrimônio material e imaterial, presentes no território da comunidade, que foi possível, a partir do decreto presidencial de 2003, com a implementação de políticas de preservação do patrimônio imaterial do país e de reparação em relação ao tráfico negreiro ilegal no século XIX, em especial, através da presença do jongo como patrimônio imaterial na memória coletiva do grupo.

Foi através das Comunidades Eclesiais de Base que ocorreram as primeiras organizações. Na década de 1970, as CEBs foram espaços para proteger e propagar a fé cristã católica. Aos poucos, tornaram-se espaços, onde foi possível, em especial, a partir da década de 1980, a afirmação de identidades religiosas, políticas e culturais, dentre elas, a identidade negra e a sua valorização cultural em sintonia com a Constituição Federal de 1988 (art. 68 ADCT). Tal etapa no Quilombo de Paraty foi fundamental na conquista da titulação da terra em 1999 e a valorização de culturas ancestrais, dentre elas, o jongo. Campinho da Independência fica localizado a 15 km, sul do município de Paraty-RJ, na rodovia BR 101, Rio Santos. Neuza Maria Mendes de Gusmão (1979) estudou, em sua dissertação de mestrado, a vida social e econômica dos moradores do bairro rural do Campinho da Independência, aprofundando dois aspectos fundamentais na vida dessa população que ela conceitua como “caiçara”: as suas terras e a força de trabalho, elementos que foram profundamente afetados pelo processo de modernização, implementado pelo Estado, através de mudanças estruturais aplicadas na região. O “caiçara” é definido como posseiro, o brasileiro rural que se apropriou da terra através da ocupação pura e simples. Ocupa extensões reduzidas de terras trabalhadas em colaboração familiar, com técnicas rudimentares, tradicionais e poucos recursos para aplicar na produção. A produtividade é caracterizada como insuficiente e destinada ao consumo familiar. O termo caiçara seria esse homem litorâneo identificado como pescador. No caso estudado, são litorâneos, porém, um núcleo populacional ligado à lavoura de alimentos. Na tese de doutorado, a autora mantém o mesmo campo de pesquisa e amplia a análise, inserindo uma reflexão racial e oferecendo destaque para a importância e o papel da Igreja dentro desse processo, apresentando também os

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conflitos que causaram a inserção de um organismo da Igreja Católica no interior da comunidade, buscando normatizar as práticas religiosas e culturais (GUSMÃO, 1990).

Nos municípios de Paraty-RJ e Angra dos Reis-RJ ocorreu, entre 1970 e 1980, um intenso conflito de terras. Esses dois municípios pertenciam à diocese de Volta Redonda-RJ e estavam sob o bispado de D. Waldir Calheiros. Estou utilizando a classificação por áreas de ocupação tradicional: terras de remanescentes quilombolas, ocupadas por descendentes dos povos escravizados e áreas de terras demarcadas, reservas ocupadas pelos povos originários. A organização na luta pela terra teve início primeiro junto com a configuração das Comunidades Eclesial de Base e, a seguir, deu origem à criação da Comissão Pastoral da Terra (1976) na região. Foi dentro dos territórios tradicionais que a Pastoral da Terra, em 1976, foi criada no Litoral Sul Fluminense, embrionariamente, associada à “terra de pretos”, territórios doados ou adquiridos a partir da desagregação das grandes propriedades conquistadas, no caso em questão, os quilombos (GOMES, 2002).

Com a criação da CPT, o espaço do cotidiano, com as suas marcas culturais e cortado pelos conflitos de terra recebeu uma ressignificação religiosa através das reflexões oferecidas pela teologia latino-americana, a Teologia da Libertação. Nesses espaços, a CPT marcou presença com a teologia da terra. A sua reflexão parte da prática e do trabalho realizado pela Pastoral da Terra junto aos homens e mulheres do campo, buscando aprofundar a fé e descobrir a missão da Igreja de Jesus Cristo no contexto próprio da luta pela terra, ou seja, “[...] aprofundar o caráter pastoral eclesial do trabalho da CPT” (CPT, 1983). Três temáticas foram priorizadas na construção teológica elaborada junto aos trabalhos da CPT: reinterpretação das escrituras consideradas sagradas (bíblia); a articulação entre fé e vida dentro de um contexto classificado como de luta de classe marcado pela violência que à população do campo estava submetida; e entender a missão de Jesus Cristo como missão pastoral.

A pesquisa, para formulação teológica, teria seguido dois passos: o primeiro foi o de compreender a situação social e política da terra e dos lavradores, que resultou no documento: Igreja e os problemas da terra da CNBB; o segundo passo foi o de alimentar a fé no meio da luta dos lavradores, organizados em comunidades eclesiais de base e ligados à Pastoral da Terra. Essa reflexão teológica conjugaria a fé em Deus com a luta

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

por libertação. A teologia da terra seguiria três passos: o primeiro partiria do lugar onde essa Igreja se situa, no caso em estudo, no meio da luta do povo para explicar a fé; o segundo passo, a pedagogia adotada partiria ainda da opção preferencial pelos pobres, a forma de estar no meio dos lavradores, alimentando e animando a sua luta; e o terceiro passo estaria no serviço de mediar a bíblia, a tradição e a doutrina social da Igreja para os homens e mulheres do campo. Um parceiro nessa empreitada foi o CEBI (Centro de Estudos Bíblicos para a Pastoral Popular), que procurou ler a bíblia a partir da vida dos lavradores. *As romarias da terra* foram manifestações públicas das reflexões teológicas realizadas junto aos trabalhadores rurais. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1983).

Foram as diretrizes da Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), que possibilitou a configuração de um modelo de Igreja comprometido com a justiça social, como no estudo de caso, na diocese de Itaguaí. Esse modelo se concretizou nas Conferências Episcopais Latino- Americanas, especificamente, em Medellín, na Colômbia, em 1968, e Puebla, no México, em 1979 (MAINWARING, 2004).

O encontro dos Bispos, em Medellín, que ocorreu, em 1968, foi um passo importante na direção da consolidação de uma Igreja Popular e da Teologia da Libertação. Foi organizado pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e reforçou as decisões do Concílio Vaticano II. Constatou uma realidade de injustiças sociais, de uma pobreza extrema, da gritante concentração de riqueza das elites, da discriminação social aos pobres e da violenta repressão dos movimentos sociais, o que exigiu um posicionamento da Igreja no continente, reforçando o compromisso com a ampliação das Comunidades Eclesiais de Base e com uma produção do sagrado que se identificava com a população marginalizada através da Teologia da Libertação. Isso colocou um amplo setor da igreja no lado oposto ao sistema social, político e econômico vigente do período. Foi, através da opção preferencial pelos pobres, realizada nessa Conferência Latino-Americana, da defesa do protagonismo das classes marginalizadas e do compromisso com a democracia, que os bispos passaram a incentivar seus fiéis à participação, mais efetiva, na vida pública (MAINWARING, 2004).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, Puebla (1979), um olhar diagnóstico sobre a pobreza guiou as reflexões. Os documentos denunciaram a humilhante situação de pobreza do Continente e as suas consequências, vinculando a situação às estruturas econômicas, sociais e políticas. A imagem de Cristo é associada aos que sofrem miséria e fome: indígenas, afro-americanos, camponeses, operários, subempregados, marginalizados e crianças em situação de extrema pobreza, abandonadas, jovens desorientados e idosos colocados à margem da sociedade. Entre as prioridades, listadas pela Conferência, estava a “opção preferencial pelos pobres”, com o intuito de alcançar a sua integral libertação (MAINWARING, 2004).

Essa Conferência é apontada como um marco na relação estabelecida entre a Igreja Católica e as populações marginalizadas dentre elas negro, a mulher e os povos originários no Brasil. A opção preferencial pelos pobres, feita pela Igreja na América Latina em Puebla, possibilitou a reorganização de segmentos marginalizados dentro da Igreja, reflexões de gênero, raça e etnia receberam espaços específicos de reflexão pastoral e de vivência da fé cristã católica através das pastorais sociais. A luta desses grupos tiveram como parâmetros orientadores o pertencimento aos quadros eclesiais com sua tradição bíblica e uma ação visando à transformação social. Assumindo as identidades, formaram grupos para partilhar as experiências, no combate ao racismo, machismo o etnocentrismo e fundamentar a luta por direitos e pela justiça social (ROCHA, 1998).

Uma reflexão teológica fundamentada da experiência da diáspora africana, marcada pela experiência da escravidão, tem como marco no Brasil, de forma institucionalizada, a formação de um grupo que prestou assessoria para a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) que deveria apresentar na III Conferência Episcopal Latino Americana realizada em Puebla, em 1979. Esse grupo traçou um quadro da situação da população afro-brasileira, sendo formado por estudiosos da questão racial, sociólogos, antropólogos, teólogos e agentes de pastoral que se reuniram em São Paulo, em 05 de dezembro de 1978, no Instituto Paulo VI. Desse encontro participaram representantes do catolicismo e das religiões afro-brasileiras e nasceu um dos projetos vinculados à Linha II da CNBB, caracterizada pela ação e animação missionária. Como desdobramento desse encontro, Silva apresenta a criação do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GRUCON (Grupo de União e Consciência Negra) e os Agentes de Pastoral Negros (SILVA, 2014).

Em 1985, quando os setores populares da Igreja católica estavam preocupados com as questões que envolviam o processo de redemocratização do país e a elaboração de uma nova constituição, a questão agrária entra na pauta dos Agentes de Pastoral Negros. Em 1986, devido à constatação de uma realidade de fragilidade dos trabalhadores rurais, em especial, dos negros, caracterizada por vários conflitos de terra agravados por uma situação de prática da grilagem de terras que interligava o fazendeiro, o cartório e a polícia, verificou-se uma necessidade urgente da união da luta entre o campo e a cidade.

Os Agentes de Pastoral Negros participaram da organização e da articulação da Campanha da Fraternidade, de 1988, com outros setores da sociedade dos movimentos populares, utilizando o lema “Negro um clamor de justiça,” gerou grande mobilização interna. Essa campanha foi refletida nas dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base, em 1988, ano do centenário da abolição da escravatura. Os vários segmentos e organizações do movimento negro presentes organizaram um grande protesto, que foi endossado pela Igreja Católica, através da Campanha da Fraternidade. Foi um ano em que ocorreu um aumento vertiginoso da sensibilidade para a questão negra (ROCHA, 1998).

3. Conclusão

Ao registrar a experiência de agentes de Pastoral da Diocese de Itaguaí-RJ, identificamos uma identidade religiosa associada à luta pela terra. Os conflitos de terra, agravados após decretos presidenciais durante o regime civil-militar, colocaram os moradores de territórios tradicionais em situação de vulnerabilidade social. As reflexões oferecidas pela Teologia Latino Americana, a Teologia da Libertação, junto às necessidades específicas dos trabalhadores rurais, favoreceram o diálogo entre os movimentos sociais e as pastorais sociais, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os Agentes de Pastoral Negros (Apns) e a Pastoral de Mulher foram inseridos de forma institucional dentro da organização da Igreja Católica, atuando junto às Comunidades

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Eclesiais de Base. O processo de redemocratização fortaleceu a luta e reorganizou a memória coletiva em relação a reivindicação por direitos e por justiça social para as populações marginalizadas.

Bibliografia

ARQUIVO DA PASTORAL DA TERRA DA DIOCESE DE ITAGUAÍ. **Levantamento da situação fundiária da diocese**, 1987.

_____. Relatórios encontros diocesanos. CPT Itaguaí de 1982 até 1990

BOLETIM INFORMATIVO DA DIOCESE DE ITAGUAÍ. ANO IX, Nº 95: Diocese de Itaguaí, Setembro de 1988.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Documentos temáticos**. CPT Nacional. Acervo digitalizado do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. CPT Nacional. <https://www.cptnacional.com.br/>. Acesso em 13 abril de 2018.

_____. **CPT: Pastoral e compromisso**. Goiânia: Editora Vozes, 1983.

CONTROT, Aline. Religião e política. In. RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1996.

COUTO, P. A. B.; ALVES, M; ABREU, M; MATTOS, H. **Relatório Antropológico de caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí**, 2009. (Relatório de pesquisa).

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência**. Rio de Janeiro: Editora 34; UCAM Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, F. S. **Experiências Atlânticas**. Ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: FPF, 2003.

_____, 2002.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. **A luta pela terra e a diocese de Itaguaí no Litoral Sul Fluminense entre as décadas de 1970 e 1990**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2018.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós 1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org). **O tempo da ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do Século XX**. 2003

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **Campinho da Independência**: um caso de proletarização caiçara. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, 1979.

_____. **A Dimensão Política da Cultura Negra no Campo**: uma luta, muitas lutas. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (Antropologia) da USP-SP, 1990.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATTOS, H. ou CASTRO, H. M. M. **Remanescentes das comunidades dos quilombos**: memórias do cativo e políticas de reparação no Brasil. Revista USP, São Paulo, n.68, p. 104-111, 2006.

_____. História Social. In. CARDOSO. Ciro Flamarion e VINFAS, Ronaldo (Org.). **Os domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus 1997.

MEDEIROS, L. S.; FEITOSA, A. C.; NEVES, D. P.; MAIA, A. B. ; COSTA, A. M. ; GALVAO, E. ; LINHARES, E. ; TELO, F. ; SILVA, I. M. ; QUINTANS, M. T. D. ; IAMAMOTO, M. V. ; BRAGA, R. ; TEIXEIRA, M. A. S. . Conflitos e repressão no campo. In: Álvaro Machado Caldas; Eny Raimundo Moreira; Geraldo Candido da Silva; João Ricardo Dornelles; Rosa Maria Cardoso da Cunha; Vera Ligia Saavedra Durão. (Org.). **Comissão da Verdade do Rio - Relatório**. 1 ed. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015, V. 1.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Processos e Transformações no Litoral Sul Fluminense (texto de 1983) In. Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro em Uncategorized, 2010. <https://aarj.wordpress.com/2010/10/31/texto-processos-e-transformacoes-no-litoral-sul-fluminense-maria-emilia-lisboa-pacheco/>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

PESSOA, T.C. Os Souza Breves e o tráfico ilegal de africanos no Litoral Sul Fluminense. In: Hebe Mattos. (Org.). **Diáspora Negra e Lugares de Memória**: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos para o Brasil Imperial. 1 ed. Niterói: Editora da UFF, 2013, v. 1, p. 9-34.

SILVA. M. R. **Mulangos e Mulangas registram a possibilidade de uma reflexão teológica afro-americana**. Centro Atabaque Teologia e Cultura Negra. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). São Paulo, 2014.

ROCHA, José Geraldo da. **Teologia e Negritude**: Um Estudo Sobre os Agentes de Pastoral Negros. 1. ed. Santa Maria-RS: Pallotti, 1998.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A modernização Autoritária: Do Golpe Militar à redemocratização do Brasil 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9 edição. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

THOMPSON, E.P. Folclore, antropologia e história social. In: THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.